

CENTRO CEARENSE DE IDIOMAS COMO POLÍTICA PÚBLICA

Diogo Leandro da Silva¹; Diana Nara da Silva Oliveira²

Vanessa Santos Silva³; Francisco José de Lima Cunha⁴

¹Mestrando PPGEEN-UECE, Russas-CE, Brasil, diogo.leandro@aluno.uece.br

²Profa. Dra. FAFIDAM-UECE, Jaguaruana-CE, Brasil, diana.nara@uece.br

³Mestranda PPGEEN-UECE, Russas-CE, Brasil, vanessas.silva@aluno.uece.br

⁴Mestrando PROFGEO-URCA, Russas-CE, Brasil, francisco.cunha4@urca.br

Introdução

Nas últimas décadas, a educação brasileira tem sido atravessada por um conjunto de transformações significativas. Essas mudanças se intensificaram, sobretudo após o golpe de estado com o *impeachment* de Dilma Rousseff, repercutindo diretamente na organização escolar e na condução do processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que evidenciam novas demandas formativas para os estudantes. Nesse cenário, destacam-se as recentes políticas educacionais, como a reforma do Novo Ensino Médio (2017) e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, que impactaram diretamente a oferta e o lugar das Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) na etapa final da Educação Básica. De acordo com o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, o Ensino Médio é uma etapa de responsabilidade prioritária dos Estados, concentrando cerca de 83,1% das matrículas. Esse dado evidencia o alcance e a relevância das políticas públicas na definição do que se compreende por uma educação de qualidade para os alunos. Diante disso, o trabalho tem como objetivo: analisar a política pública de acesso ao ensino de línguas estrangeiras no Ceará, materializada nos Centros Cearenses de Idiomas (CCI), considerando sua articulação com as políticas neoliberais e as novas necessidades do sistema capitalista.

Metodologia

Para a realização do estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem qualitativa, tendo como suporte autores que abordam a temática dentro de uma visão crítica, discutindo a relação entre educação e sociedade, desvendando, por conseguinte, as intencionalidades ideológicas da política educacional em estudo.

Resultados e Discussões

As políticas públicas podem ser denominadas de Multicêntricas¹ ou Estado-Cêntricas². Nessa visão, os grupos e organizações da sociedade podem influenciar ou participar do debate, mas a decisão final e a criação da política são responsabilidade do Estado (Rosa; Lima; Aguiar, 2021). Compreender essas duas abordagens é importante porque ambas influenciam diretamente a forma como a sociedade participa da construção de políticas públicas e, como a sociedade avança na busca por justiça social.

A visão multicêntrica amplia a participação de grupos historicamente marginalizados na formulação de políticas, favorecendo ações mais inclusivas. Já na abordagem Estado-cêntrica, esses grupos continuam essenciais ao pressionar, denunciar injustiças e orientar o poder público na promoção da equidade. Assim, as políticas públicas assumem papel central na justiça social, seja pela participação ampliada, seja pela influência social. Essa discussão relaciona-se ao conceito de cidadania de Gohn (2011), que a entende como uma construção histórica e coletiva, que vai além de direitos formais, envolvendo participação ativa na vida pública. Tanto a cidadania ativa quanto a perspectiva multicêntrica reforçam que a justiça social resulta da mobilização de grupos subalternizados por direitos negados. Nesse contexto, desde a década de 1990, o Brasil se alinha ao neoliberalismo surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, inserindo-se na lógica da globalização, com privatizações e redução dos gastos sociais.

Essas medidas deram origem a políticas econômicas que produziram impactos negativos tanto nas condições estruturais de produção quanto no mercado de trabalho. O sistema capitalista, especialmente sob a ótica neoliberal, dissemina uma ideologia que enfraquece as políticas públicas. Para os neoliberais, é fundamental que a classe trabalhadora mantenha uma postura passiva, em outras palavras, aquilo que Gohn (2011) denomina “cidadania passiva”.

Desse modo, descredibilizar políticas públicas torna-se estratégico para que a população aguarde apenas ações governamentais compatíveis com a manutenção com a reprodução da sociedade capitalista e das relações do capital. Nesse sentido, ainda podemos compreender que:

O neoliberalismo brasileiro vem nutrindo-se de forças representativas do conservadorismo, em um amplo processo de privatização da coisa pública, em detrimento das tradições republicanas, com sua vocação contratualista, democrática e universalizante, além de predomínio do interesse privado, afetando a constituição da esfera pública e desresponsabilizando o Estado no que tange às respostas das expressões da questão social (Iamamoto, 2009, p. 147).

Essa lógica contribui para a defesa da ausência do Estado na oferta de serviços públicos e por outro lado deixando encarregado de formar “mão de obra barata”, marcada pela empregabilidade precária e pela obediência aos empregadores.

¹ Refere-se ao modelo de governança onde a tomada de decisão não é exclusiva do aparelho estatal. Nesse formato, diversos atores da sociedade civil organizada como movimentos sociais, ONGs, associações e organizações multilaterais participam ativamente da elaboração e implementação das diretrizes, dividindo o protagonismo com o governo.

² Define o modelo clássico de gestão onde o Estado é o único e soberano responsável pela formulação e execução das políticas. Nessa perspectiva, o poder de decisão é centralizado nos órgãos governamentais e na burocracia estatal, cabendo a eles identificar as demandas sociais e determinar as ações sem a coautoria de grupos externos.



Essa dinâmica pode ser compreendida de forma mais profunda quando observamos, conforme aponta Marx (1982, p. 67), que a sociabilidade capitalista produz e amplia contradições estruturais. A burguesia, ao deter o monopólio dos meios de produção e do capital, explora a classe trabalhadora, que nada possui além de sua força de trabalho, o qual é obrigada a vendê-la para sobreviver, submetendo-se, assim, as relações do capital, marcadas pela dominação e a exploração em prol da acumulação das taxas de lucros. A ideologia neoliberal e o enfraquecimento das políticas públicas reforçam exatamente essa relação desigual entre as classes, perpetuando as formas de exploração inerentes ao capitalismo.

A educação por exemplo, quando subordinada aos interesses do capital, cumpre a função de reproduzir a ordem social vigente, limitando a formação integral (Tonet, 2016).

Diante do exposto, fica evidente que as políticas públicas desempenham um papel central na promoção da justiça social, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades históricas e estruturais. Quando planejadas e implementadas com foco na equidade, elas podem ampliar direitos, fortalecer a cidadania ativa e criar condições reais para que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a oportunidades antes negadas. É nesse sentido que se insere a relevância dos Centros Cearenses de Idiomas (CCI), tema da próxima seção.

Centros Cearenses de Idiomas enquanto uma política pública

O Estado exerce papel central na garantia do bem-estar social e dos direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho e lazer por meio das políticas públicas, que visam atender às necessidades sociais e promover o acesso à cidadania. Essas políticas correspondem a ações governamentais voltadas à efetivação desses direitos, possibilitando ao Estado assegurar o acesso igualitário (Oliveira, Filho, Cantarini, 2023). No campo educacional, as políticas públicas atuam como instrumentos estratégicos para enfrentar os desafios históricos da educação brasileira, buscando promover a equidade, garantir o direito à educação de qualidade e reduzir desigualdades sociais, econômicas e culturais presentes no espaço escolar. Nesse sentido, Saviani (2013, p. 59) afirma que as políticas educacionais constituem a mediação necessária entre as exigências da sociedade e a ação pedagógica, evidenciando seu papel na transformação social e na promoção da justiça social e da democratização do ensino.

Desse modo, a efetivação de políticas públicas educacionais não deve pautar-se no cumprimento de metas burocráticas, mas deve orientar-se por uma perspectiva crítica e emancipatória, que reconheça a educação como prática social voltada à construção da cidadania e ao fortalecimento da democracia.

No campo da aprendizagem de línguas estrangeiras, as políticas públicas são fundamentais para a formação integral e a inserção do sujeito no mundo globalizado. A BNCC destaca o ensino de línguas adicionais, especialmente o inglês, como meio de promover a comunicação intercultural, ampliar oportunidades profissionais e fortalecer a cidadania global, indo além da dimensão linguística ao favorecer o contato com diferentes culturas e o desenvolvimento do respeito à diversidade. Além disso, o domínio de uma língua estrangeira constitui um diferencial no mundo do trabalho, que exige competências comunicativas e interculturais.

No contexto das reformas do governo Temer, o novo Ensino Médio, instituído por Medida Provisória, trouxe mudanças como o aumento da carga horária (de 800 para 1400 horas), a obrigatoriedade de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos, a criação dos itinerários formativos, a atuação de profissionais com notório saber e a ampliação do ensino em tempo integral. Quanto às línguas estrangeiras modernas, a Língua Inglesa torna-se obrigatória.

enquanto outros idiomas passam a ser optativos, preferencialmente o espanhol (Brasil, 2017). Com isso, o espanhol perde seu caráter obrigatório estabelecido pela Lei 11.161/2005 configurando um retrocesso, pois desconsidera a localização geográfica do Brasil, seu papel na América Latina e dificulta a integração cultural. Além disso, ignora que cerca de 60% dos participantes do ENEM optam pelo espanhol, podendo chegar a 70% no Nordeste, segundo dados do INEP (2022).

No contexto da educação cearense, em 2017, é aprovada a lei que institui os Centros Cearenses de Idiomas (CCI), vinculados à Secretaria da Educação, com o objetivo de ofertar cursos de Línguas Estrangeiras Modernas a estudantes da rede pública estadual, configurando ampliação da jornada escolar e formação continuada para professores (Ceará, 2017). A proposta pedagógica fundamenta-se na legislação vigente e adota a abordagem comunicativa, voltada ao desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas (ler, escrever, ouvir e falar), à formação de cidadania crítica e à qualificação profissional (Seduc, 2020).

Atualmente, os CCI's contam com 23 unidades no Estado, ofertando Inglês, Espanhol Francês. Os cursos são organizados em módulos de 60 horas: Inglês e Espanhol possuem seis módulos (360h), visando ao nível B1, e Francês possui três módulos (180h), com objetivo de nível A2. As aulas têm duração de 1h30min, duas vezes por semana, ou 3h em encontro único semanal, com turmas distribuídas em três turnos e limite de 25 alunos por turma (Seduc, 2020).

Tabela 1 - Carga horária dos cursos ofertados pelos CCI'S

	INGLÊS	ESPAÑHOL	FRANCÊS
Mod I	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre
Mod II	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre
Mod III	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre
Mod IV	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	
Mod V	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	
Mod VI	60h duração 1 semestre	60h duração 1 semestre	
	Total: 360h	Total: 360h	Total: 180h

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os certificados obtidos ao final do curso possuem relevância para a trajetória acadêmica e profissional dos alunos, pois apresentam uma carga horária significativa. O ingresso nos cursos dos CCI's ocorre por meio de critérios definidos institucionalmente. Com a universalização das escolas públicas de tempo integral, os centros passam a se adequar para funcionamento nos três turnos. Anteriormente, o acesso restringe-se aos estudantes do Ensino Médio da rede pública. Ademais, cada aluno pode matricular-se em apenas um curso por vez. Em 2025, houve ampliação do público alvo, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Público-alvo nos cursos do CCI's

Público-alvo
Estudantes da rede estadual cursando o Ensino Médio
Professores da Rede Estadual
Estudantes egressos da Rede Estadual
Estudantes de 8º e 9º anos e Professores da Rede Municipal
Estudantes da EJA ou CEJA da rede municipal ou estadual
Universitários de Instituições Públicas do Ceará
Microempreendedores (MEI)
Jovens em medidas socioeducativas
Mulheres atendidas nas redes de proteção estadual e municipal

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a ampliação do público, os CCI's passaram a ocupar melhor as vagas disponíveis, atendendo, em média, de 300 a 600 alunos por unidade, conforme sua estrutura. O ingresso ocorre por teste de nível para estudantes com conhecimento prévio, avaliando escrita, escuta, leitura e oralidade, com acesso a módulos mais avançados ou por livre concorrência, destinada a iniciantes no módulo 1. As vagas são parcialmente distribuídas às escolas e o restante preenchido por demanda espontânea, especialmente por adultos que firmam termo de compromisso. Os CCI's oferecem material didático (student's book e workbook), utilizado ao longo dos cursos inglês e espanhol com três livros em seis semestres, e francês com um livro em três semestres que deve ser devolvido ao final de cada período. Além disso, os alunos recebem fardamento gratuito.

Conclusões

O Ensino Médio é um direito social garantido pelo Estado, e iniciativas como CCI's ampliam o acesso às Línguas Estrangeiras Modernas, promovendo a democratização do ensino e contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. Entretanto, no contexto do capitalismo e da lógica neoliberal, as políticas públicas tendem a formar sujeitos voltados ao mercado de trabalho. Assim, embora ampliem o acesso ao ensino de línguas, os CCI's também são influenciados por essa lógica, centralizando o conhecimento na empregabilidade. A proposta pedagógica dos Centros diversifica o ensino e desenvolve habilidades linguísticas (escuta, leitura, escrita e fala), mas orienta-se, em grande parte, para a ascensão social via trabalho, associando cidadania à lógica de mercado, concorrência e empreendedorismo. Além disso, apesar do esforço dos docentes em promover uma formação integral, há limites estruturais, como exigência de número mínimo de alunos e baixo investimento público, evidenciado por materiais desatualizados e condições precárias. Ainda assim, os CCI's desempenham papel relevante na democratização do ensino de línguas no Ceará.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Neoliberalismo; Centros Cearenses de Idiomas.

Referências

- CEARÁ. Lei nº 16.455, de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação dos Centros Cearenses de Idiomas. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 2017.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. Proposta pedagógica do Centro Cearense de Idioma. Fortaleza: SEDUC, 2020. Disponível em: Centros Cearenses de Idiomas - Secretaria da Educação.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o desenvolvimento social e a formação do cidadão. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Lisboa: Avante, 1982.
- OLIVEIRA, M. L. P.; FILHO, W. S. G.; CANTARINI, P. A importância das políticas públicas na efetivação dos direitos econômicos e sociais. Revista de Direito da Administração Pública, ano 8, v. 1, n. 3, edição especial Estado e Políticas Públicas.
- ROSA, Júlia Gabriel Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. Políticas públicas: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021.
- SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TONET, Ivo. Educação contra o capital. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.